2016 - 2018

Relatório de atividades CNAS

Ministério do Desenvolvimento Social - MDS
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CNAS

(GESTÃO 2016 - 2018)

Brasília,
2018

Índice

1.Introdução 4

2.Planejamento e atuação CNAS (2016-2018) 6

3.Principais temas abordados nas Comissões do CNAS durante a composição 2016/2018 8

4.Transparência Ativa e comunicação com os usuários (2016-2018) 30

5.Resoluções aprovadas pelo plenário do CNAS 2016/2018 32

Composição CNAS 52

1. Introdução

O presente relatório trata do balanço das atividades do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - Gestão 2016-2018 que, atendendo ao que preconiza a Constituição Federal - CF (1988), a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993) e a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004), primou pelo diálogo entre representantes do poder público e da sociedade civil na função de executar o controle social.

A Presidência do CNAS, nessa gestão, foi composta pelo Presidente FÁBIO MOASSAB BRUNI, representante do Governo - Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, (período de 12/07/2016 a 08/02/2018) e MAIRA LEILIANE ALMEIDA representante do Governo - Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (período de 15/03/2018 a 11/06/2018); e pela Vice-Presidente CARMEN LÚCIA LOPES FOGAÇA, representante da Sociedade Civil - Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos- ONEDEF (período de 12/07/2016 a 11/06/2018) e ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS , representante da Sociedade Civil - Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social – FNUSUAS (no período de 12/07/2016 a 11/06/2018), eleitos para a Gestão 2016/2018.

A composição de conselheiros nacionais atuante durante os anos de 2016/2018, presididos pelas representações do governo já citadas, logrou feitos importantes de controle social que contribuíram para a defesa do SUAS e aprimoramento da Política Nacional de Assistência Social. A Plenária do CNAS apreciou, discutiu e deliberou assuntos de sua competência, conforme atribuições previstas no art. 18 da Lei nº 8.742/1993 - LOAS, cumprindo toda a sua agenda de Reuniões Ordinárias; Reuniões Extraordinárias; Reuniões Descentralizadas e Ampliadas e Reuniões Regionais; além, ainda, de apoiar o 1º Encontro Nacional dos Usuários do SUAS; realizar a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e o Processo Eleitoral dos Representantes da Sociedade Civil no CNAS – Gestão 2018/2020, ocorridos no decorrer dessa gestão.

As Atas da 244ª a 264ª Reuniões Ordinárias, além de reuniões

Imagem 1 - *Entrega do II Plano Decenal na Reunião Trimestral do CNAS com o CEAS e CAS/DF.*

extraordinárias, estão devidamente gravadas em meio eletrônico e arquivadas no Serviço de Apoio ao Colegiado da Secretaria Executiva do CNAS. Importante enfatizar que a agenda do CNAS, em momento algum sofreu interrupção, tendo ocorrido todas as reuniões programadas e divulgados os assuntos tratados por diversos meios à disposição do CNAS (site, blog, e-mails, etc.) para consulta dos órgãos interessados e da sociedade em geral, garantindo o registro do processo democrático vivenciado no período.

Esse breve relato, que certamente deixa de fora algumas relevantes iniciativas, pretende ser capaz de demostrar a importância da atuação do CNAS para a defesa da Política Nacional de Assistência Social e do fortalecimento do SUAS, com debates e proposições para o seu aprimoramento de forma democrática e participativa.

2. Planejamento e atuação CNAS (2016-2018)

O CNAS deliberou seu Planejamento 2016-2018 no II Plano Decenal da Assistência Social, e nas suas atribuições precípuas de controle social previstas na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, na Norma Operacional Básica do SUAS – 2012 e no seu Regimento Interno.

Essa gestão teve como objetivo a preservação e a defesa dos direitos socioassistenciais em um contexto nacional atípico e complexo, marcado por um conjunto de mudanças na vida política e econômica da Nação Brasileira.

No campo político, o afastamento da então Presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016 e a assunção ao poder do então Vice-Presidente Michel Temer provocou uma interrupção brusca na representação dos conselheiros governamentais: a substituição gradual de 22 conselheiros governamentais (116%), enquanto que na parte da sociedade civil ocorreu uma única substituição. Essas alterações na composição do CNAS, e consequentemente de suas Comissões Temáticas, significaram um esforço que se impôs à continuidade das ações construídas inicialmente nos Planos de Trabalho de cada Comissão.

Imagem 2 - *Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento durante Reunião Descentralizada e Ampliada em Porto Alegre/RS.*

No campo econômico, o contexto nacional de contingenciamentos e cortes no orçamento das políticas pública impôs à Gestão 2016-2018 debates e ações estratégicas importantes para a preservação, recomposição e garantia do orçamento para a Política de Assistência Social em todo o país.

De forma rotineira, todo assunto levado ao CNAS é inicialmente tratado no âmbito das Comissões Temáticas para aprofundamento, ou de lá surgem como uma necessidade ou estratégia da Comissão, por meio do seu Plano de Trabalho, a fim de ser levado ao pleno do Conselho Nacional para deliberação com o aprofundamento necessário ao debate e à tomada de decisão.

Imbuídos com o compromisso do controle social que a Gestão 2016-2018 priorizou-se as ações listadas a seguir, tendo deliberado sobre os rumos da Política de Assistência Social de forma respeitosa, responsável e coerente com o amadurecimento dos debates e aprofundamentos realizados nos espaços de participação social construídos ao longo desses dois anos de mandato.

3. Principais temas abordados nas Comissões do CNAS durante a composição 2016/2018

3.1. Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social (CFO/CNAS)

O CNAS discutiu e aprovou os Parâmetros para a Proposta Orçamentária da Assistência Social para 2017 (Resolução CNAS nº 08/2016), os Parâmetros para a Proposta Orçamentária para 2018 (Resolução CNAS nº 05/2017) e a Aprovação das Propostas Orçamentária da Assistência Social elaboradas pela Secretaria Nacional de Assistência Social(SNAS)/MDS exercício 2017, (Resolução CNAS Nº 11/2016) e exercício 2018, (Resolução CNAS Nº 12/2017). Foram apresentados, discutidos e aprovados os Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social(FNAS), sendo Relatório Final referente ao exercício de 2016 (Resolução CNAS n° 01/2017), Relatórios Trimestrais de 2017 (Resoluções CNAS nº 06, 11, 18/2017), Relatório Final de 2017 (Resolução CNAS n° 04/2018) e Relatório Trimestral 2018 – 1º Trimestre (Resolução CNAS n°06/2018).

Imagem 3 - *Processo Conferencial 2017.*

Essas atividades foram realizadas em um contexto de turbulências no campo econômico. Ainda em 2016, com a justificativa da necessidade de ajuste fiscal das contas públicas, foi encaminhada pelo governo Temer e aprovada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional 95/2016, que limitou por 20 anos os gastos públicos dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Dessa forma, em 2017 a restrição de gastos para a assistência social e demais áreas se estabeleceu pelos valores pagos em 2016, corrigidos em 7,2% e para os exercícios posteriores, a limitação se estabeleceu pelo valor referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) do IBGE.

Contudo, após a revisão de metas fiscais e da previsão de receitas, o orçamento apresentado pelo Executivo Federal para a assistência social em 2018 evidenciou uma redução de 98% para as despesas discricionárias, ou seja, um orçamento comprometedor da continuidade de programas, serviços e projetos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse fato demandou da Comissão de Financiamento e Orçamento articulações junto ao Ministério do Planejamento e Gestão e junto à Frente Parlamentar da Assistência Social para um trabalho político, que acabou por envolver todo o CNAS, em conjunto com a SNAS, buscando a recomposição do orçamento para a gestão e serviços do SUAS.

Esse movimento alcançou êxito tendo reduzido a magnitude do corte que se expressou em cerca de 1,5 bilhão, se considerado como referência o valor aprovado pela Resolução CNAS nº 12/2017 para o orçamento de 2018. Isso significou redução de 1,62% nas despesas obrigatórias (benefícios), e diminuição de corte para 50,56% nas despesas discricionárias (programas, serviços e projetos).

Importante destacar o esforço para recomposição do orçamento da assistência social no momento subsequente, em que o orçamento do Poder Executivo se abre às emendas parlamentares. Nessa oportunidade, com a firme atuação de conselheiros nacionais no parlamento, foi possível ampliar a redução de danos,

tendo o corte nas despesas discricionárias (programas, serviços e projetos) recuado para 37,74% em comparação com a Resolução CNAS nº 12/2017.

Outras iniciativas da Comissão de Financiamento e Orçamento foram o apoio à PEC 383/2017, que visa garantir recursos mínimos para o financiamento do SUAS. A comissão sugeriu ajuste no §1º do Art. 203-A, a fim de deixar mais claro que a vinculação de 1% exclui os gastos com benefícios: "§ 1º A União aplicará, anualmente, nunca menos de 1% (um por cento) da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro para o aprimoramento da Gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos da Assistência Social em âmbito Nacional"; a atualização do Manual de Emendas Parlamentares (conjuntamente com o FNAS); e a participação no Fórum Interconselhos, que é uma iniciativa do Ministério do Planejamento para viabilizar o monitoramento participativo e tempestivo do Plano Plurianual (PPA) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Dentre outros temas, a Comissão discutiu: a execução da ação orçamentária 8249 - Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social (referente a 2016 e o 1º semestre/2017); o limite orçamentário das emendas de comissão, bancada e relator; fluxo do ciclo orçamentário do FNAS; revisão da classificação orçamentária da Função 08 – Assistência Social; prazo de cofinanciamento federal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI (Resolução CNAS n° 10/2017); Impacto Financeiro relacionado ao processo de certificação de entidades (Apresentação da efetividade da concessão do CEBAS para a Política de Assistência Social - Departamento da Rede Socioassistencial Privada - DRSP e FONIF – Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas); Monitoramento Participativo Tempestivo (Fórum Interconselhos): indicações de metas e iniciativas para monitoramento do PPA 2016-2019 da Assistência Social; Aprovação das metas e critérios de partilha para o cofinanciamento federal do Programa Acessuas Trabalho (Resolução CNAS n° 19/2017).

3.2. Comissão de Política da Assistência Social (*CP/CNAS*)

A partir do seu Plano de Ação (2016-2018), a Comissão de Política da Assistência Social definiu para 2017 o acompanhamento, discussão e proposição de resoluções em dois eixos prioritários: ações específicas do SUAS e ações intersetoriais. Os debates seguiram principalmente a lógica de reavaliação de programas e serviços com baixo nível de execução financeira, a fim de buscar aprimoramentos que viabilizassem o uso dos recursos já disponibilizados e consequentemente o atendimento das demandas nos municípios. Foram discutidas pela Comissão de Política e aprovadas pelo pleno do CNAS 17 Resoluções entre os segundos semestres de 2016 a 2018.

Em relação às ações específicas do SUAS, foram tratados os seguintes temas – aprovação de metas para o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e Distrital para o quadriênio (2016-2019); definição de critérios para expansão do cofinanciamento federal do Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias no atendimento emergencial decorrente da epidemia causada pelo Zika Vírus; balanço e revisão do Programa Nacional de Capacitação para o SUAS (CapacitaSUAS); estruturação da Vigilância Socioassistencial no SUAS; produção da Resolução Comentada nº 11/2015, que esclarece sobre quem são os usuários do SUAS e seus direitos nessa política; reafirmação do papel deliberativo dos Conselhos de Assistência Social; utilização de recursos federais para cofinanciamento dos gastos com profissionais das equipes de referência do SUAS; redesenho do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho); Cofinanciamento Federal do PAEFI e do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); entre outros.

Em relação às ações que demandam tratamento intersetorial, houve dedicação da Comissão de Política aos temas que se impuseram pelo contexto social e agenda do novo governo, tais como a definição do papel da

Imagem 4 - *Participantes durante debate em reunião do CNAS.*

política de assistência social no Plano Nacional de Segurança Pública, e no acolhimento à refugiados e migrantes. Além disso, foram definidas diretrizes políticas e metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua, desdobrando em duas Resoluções Conjuntas entre o CNAS e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

O programa Primeira Infância no SUAS, que faz parte do Programa Intersetorial Criança Feliz, foi proposto como principal iniciativa do governo Temer para o campo social. A coordenação do Programa Criança Feliz está à cargo da Secretaria Nacional da Promoção do Desenvolvimento Humano (SNPDH/MDS), criada com o objetivo de formular e implementar programas e políticas intersetoriais para o desenvolvimento humano, em especial para a primeira infância. O Programa Primeira Infância no SUAS, coordenado pelo Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS, atua como parceiro na execução do Programa Criança Feliz. Além da Resolução que cria o programa, o CNAS deliberou quatro Resoluções que ajustam critérios de partilha a fim de definir repasses de recursos via o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS. Os conselheiros nacionais, em especial, os da Comissão de Política, cobraram informações e debateram o assunto em diversas oportunidades, a fim de acolher da forma mais harmônica possível o Programa Primeira Infância no SUAS. Vale ressaltar que a Resolução CNAS nº 19/2016, prevê a apresentação ao CNAS de relatórios trimestrais de execução desse programa, no que tange aos aspectos técnicos, administrativos e financeiros.

Compreendendo a necessidade de favorecer o reconhecimento e o papel dos usuários do SUAS na política de assistência social foi também produzida a Resolução Comentada nº 11/2015, que caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política de Assistência Social e no SUAS. A divulgação desse material ocorreu durante a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.

3.3. Comissão de Acompanhamento aos Conselhos (*CAC/CNAS*)

Na CAC, entre outros assuntos, foram construídas metas no Plano de Ação para intensificar e diversificar os meios de orientação e apoio aos conselhos de assistência social subnacionais. Assim, por meio do trabalho desta Comissão, o CNAS inovou nos meios de orientação/comunicação ao elaborar e disponibilizar, em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS), o Tutorial de Boas-Vindas aos (às) conselheiros (as) de Assistência Social. Esse Tutorial é uma ferramenta de educação à distância (EAD), disponível no site do MDS, para divulgar e orientar permanentemente os conselhos e gestores, em linguagem simples e acessível, sobre as funções dos conselhos de assistência social enquanto instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária.

Além da elaboração e divulgação do Tutorial houve também a produção e divulgação do folder "Ferramentas para o Controle Social do SUAS", com o objetivo de esclarecer os conselheiros sobre os principais recursos informacionais para o acesso às informações relevantes nas suas atividades de controle social.

No mandato de 2016/2018, o CNAS conseguiu executar toda sua agenda de Reuniões Regionais, Trimestrais, e Ampliada e Descentralizada com os objetivos da concertação de esforços para o desenvolvimento do SUAS e qualificação da atuação do controle social.

No período foram realizadas seis Reuniões Trimestrais com Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e Conselho de Assistência Social (CAS)/DF (cerca de 40 pessoas em cada), doze Reuniões Regionais (cerca de 80 pessoas em cada), reuniões essas realizadas em parceria com o CEAS anfitrião e com a presença de Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS); três Reuniões Descentralizadas e Ampliadas (cerca de 500 pessoas em cada) em que participam gestores, conselheiros, técnicos e outros atores da Política de Assistência Social para um debate temático, visando o fortalecimento do

Sistema Único da Assistência Social – SUAS, conforme tabela a seguir.

Tabela 1 – Reuniões Trimestrais, Regionais, e Ampliada e Descentralizada (2016/2018)

Evento CNAS	Data(s)	Nº de participantes
REUNIÃO TRIMESTRAL BRASÍLIA	16/09/2016	44
REUNIÃO TRIMESTRAL BRASÍLIA	12/12/2016	52
REUNIÃO TRIMESTRAL BRASÍLIA	04/04/2017	30
REUNIÃO TRIMESTRAL BRASÍLIA	23/06/2017	40
REUNIÃO TRIMESTRAL BRASÍLIA	12 e 13/09/2017	76/81
REUNIÃO TRIMESTRAL BRASÍLIA	12/03/2018	43
REUNIÃO TRIMESTRAL BRASÍLIA	05/06/2018	*
REUNIÃO REGIONAL CENTRO-OESTE CUIABA/MT	21 e 22/07/2016	40

Evento CNAS	Data(s)	Nº de participantes
REUNIÃO REGIONAL NORDESTE – TERESINA/PI	26 e 27/07/2016	52
REUNIÃO REGIONAL NORDESTE – PORTO VELHO/RO	25 e 26/08/2016	120
REUNIÃO REGIONAL SUL E SUDESTE – BELO HORIZONTE/MG	30 e 31/08/2016	74
REUNIÃO REGIONAL NORTE MANAUS/AM	24 e 25/05/2017	88
REUNIÃO REGIONAL NORDESTE - ARACAJU/SE	30 e 31/05/2017	79
REUNIÃO REGIONAL CENTRO OESTE- BRASÍLIA/DF	04/07/2017	12
REUNIÃO REGIONAL SUL E SUDESTE PORTO ALEGRE/RS	06 e 07/07/2017	102
REUNIÃO REGIONAL NORTE - PALMAS/TO	25 e 26/04/2018	96

Evento CNAS	Data(s)	Nº de participantes
REUNIÃO REGIONAL NORDESTE SALVADOR/BA	25 e 26/04/2018	120
REUNIÃO REGIONAL CENTRO-OESTE BRASÍLIA/DF	18 e 19/04/2018	19
REUNIÃO REGIONAL SUL E SUDESTE VITORIA/ES	03 e 04/05/2018	40
REUNIÃO DESCENTRALIZADA BELEM/PA	22 e 23/11/2016	500
REUNIÃO DESCENTRALIZADA SÃO PAULO/SP	04 e 05/04/2017	400
REUNIÃO DESCENTRALIZADA – PORTO ALEGRE/RS	22 e 23/05/2018	40

**Reunião Programada*

Fonte: Elaboração própria

Imagem 5 - *Foram realizadas 8 reuniões trimestrais durante a Gestão.*

Em 2016, foram tratados os temas do IGD-SUAS e IGD Bolsa Família e Marco Regulatório de Organizações da Sociedade Civil (MROSC), ID Conselhos, Plano de Trabalho dos Conselhos Estaduais e Plano Decenal 2016-2026. Durante todo o ano de 2017 foram tratados assuntos referentes à condução do processo conferencial pelos conselhos de assistência social. Mais recentemente, em 2018, os encontros priorizaram o debate sobre o Acórdão TCU nº 2404/2017 que solicita ao MDS a elaboração de Plano de Ação, a fim de fortalecer o controle social do SUAS nos aspectos da paridade na composição dos conselhos, participação na elaboração e aprovação do Plano de Assistência Social, e controle/aprovação da execução de recursos federais transferidos fundo a fundo.

Além disso, a equipe da Secretaria Executiva da CAC realiza atendimento direto aos Conselhos de Assistência Social, em especial aos Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS) e Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS-DF), por telefone e/ou e-mail, como uma das formas de cumprimento ao Artigo 122 da NOB-SUAS 2012, para além das reuniões presenciais. Nesse período foram respondidos mais de 500 e-mails, com diferentes necessidades de orientação e apoio para superação de dificuldades na composição, organização e exercício de atribuições dos conselhos. Excluindo os assuntos sazonais, como dúvidas sobre o processo conferencial, a maioria dos temas demandados nesse período foram esclarecimentos sobre: eleições da sociedade civil/composição e estruturação dos conselhos; inscrição de entidades; e dificuldades com atualização do CADSUAS e acesso às senhas para os aplicativos do SUASWEB.

Por fim, a CAC gerencia uma mala direta por meio da qual o CNAS realiza o envio do boletim "CNAS Informa". Esse boletim informativo é um canal de divulgação de assuntos pertinentes à política de assistência social e às atividades do CNAS. Durante esse período foram realizados cerca de 200 envios, uma média de 2 envios de "CNAS Informa" por semana. Nessa mala direta estão e-mails de conselhos de assistência social dos municípios e

Imagem 6 - *Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS em Porto Alegre/RS.*

estados; de conselheiros; de secretários executivos; de fóruns; e de diversos atores interessados no acompanhamento da política de assistência social. Em 2018 foi realizada uma atualização desses e-mails passando de 70 mil para 126 mil os destinatários que recebem sistematicamente informações sobre a evolução dos acontecimentos na Política de Assistência Social.

3.4. Comissão de Normas (*CN/CNAS*)

Foram debatidos pelos conselheiros da Comissão de Normas Projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional afetos à Política de Assistência Social, com a participação da Assessoria Parlamentar (Aspar/GM/MDS) e do Departamento de Gestão do SUAS (DGSUAS/SNAS/MDS). Essa atuação levou o CNAS a se posicionar, por exemplo, contrário à Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 33/2012), que defende a redução da maioridade penal. Esse assunto foi levado à Comissão de Normas por meio de informe de representante da gestão a respeito de Nota Técnica emitida pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente – SNPDCA, posicionando-se em contrário à referida PEC, como reação ao andamento da matéria no Congresso Nacional.

Durante esse mandato a Comissão de Normas se dedicou principalmente ao diálogo com entidades que atuam na assistência social para avançar na compreensão dos efeitos após a promulgação da Lei nº 13.019, de 2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, bem como da atuação realizada no assessoramento e na defesa e garantia de direitos. Dessa forma, realizou apoio técnico na oficina do Grupo de Trabalho (GT) de Entidades de Assessoramento, de Defesa e Garantia de Direitos acerca da inscrição realizada pelos conselhos e das ofertas dessas Entidades.

A oficina foi realizada nas dependências do CNAS e contou com a participação de 80 convidados e transmissão ao vivo, pelo YouTube. Como resultado foram produzidos dois documentos: Referências base para o

Imagem 7 - *Participantes da Conferência Nacional de Assistência Social.*

reconhecimento de ofertas do Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos; e o Manual orientador para inscrição de entidades de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos em conselhos municipais e do DF. Todo esse diálogo teve como objetivo compreender a realidade desses atendimentos e as necessidades para o desenvolvimento e/ou adequação das normativas do SUAS que abordam esse assunto no SUAS.

Outra atividade foi o controle social sobre o andamento das análises das certificações das entidades socioassistenciais (CEBAS) apresentados trimestralmente pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/SNAS/MDS, conforme disposto no art. 1° da Resolução CNAS n° 18/2011.

Quanto ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), o DRSP/SNAS apresentou os seguintes temas:

- Normativas que disciplinam a responsabilidade da gestão municipal no preenchimento do CNEAS e possibilidades de auto cadastramento (pelas entidades);
- Alternativas para a exclusão/inativação de registros no CNEAS; e
- Desenho do plano de sensibilização para preenchimento do CNEAS.

3.5. Outras atividades e Comissões temporárias:

Processo Conferencial - 2017

No âmbito das ações relacionadas ao processo conferencial de 2017 atuaram a Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e a Comissão de Monitoramento das Deliberações de Conferências, fazendo avançar o processo democrático de checagem de rumos e construção de novas diretrizes para a Política de Assistência Social.

A 11ª Conferência Nacional de Assistência Social foi convocada pela Portaria Conjunta do MDS e do CNAS nº 2 de 12/12/2016, em cumprimento ao disposto no artigo 18, inciso VI, da LOAS (Lei nº 8.742/1993). O processo de realização das conferências municipais, estaduais e do Distrito Federal

Imagem 8 - *Vencedores do Prêmio Mérito CNAS 2017 premiados na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.*

em 2017 contou com ampla participação social, envolvendo gestores, conselheiros, usuários, trabalhadores e entidades da Assistência Social e representantes do Legislativo, Judiciário e parceiros do SUAS.

Para organização e desenvolvimento das atividades do processo conferencial, foi criada (Resolução CNAS nº 16/2016) a Comissão Organizadora da Conferência Nacional, que contou com o apoio e a parceria de Equipe de Relatoria, visando a definição da metodologia e orientações gerais para as três etapas (municipais, estaduais, Distrito Federal e nacional). A 11ª Conferência Nacional foi realizada no período de 05 a 08/12/2017, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com o tema: "A Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS".

Quanto às conquistas do processo conferencial de 2017, destacam-se a tempestividade e variedade de meios para orientação dos debates nas conferências (Informes, vídeos, reuniões); e a divulgação antecipada do Caderno de Propostas para que elas pudessem ser discutidas logo no início da Conferência Nacional. Pode-se afirmar que houve sucesso nesse processo conferencial, com a garantia do livre debate e da participação de 1.862 pessoas, sendo que 1.216 na condição de delegados, sendo os demais participantes convidados, observadores, conferencistas e servidores do MDS. Foram aprovadas 20 deliberações que trazem diretrizes para a política, devidamente publicizadas pela Resolução CNAS nº 21/2017.

Destaca-se, ainda, a realização de nova edição do Prêmio Mérito CNAS que identificou e deu publicidade a 10 experiências exitosas de controle social no exercício de diversas atribuições dos conselhos de assistência social e que estão disponibilizadas para conhecimento do público em geral por meio de vídeos no site do CNAS.

Comissão de Benefício e Transferência de Renda

A Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda teve papel destacado na defesa do SUAS durante o período dessa composição.

Imagem 9 - *Discussões das deliberações da 11ª Conferência.*

Considerando a tramitação da PEC nº 287/2016 (Reforma da Previdência), que altera os arts. 37, 40, 42, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição Federal, a Comissão priorizou acompanhar as propostas de alteração da concessão e revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e contribuir para o seu aprimoramento. Nessa direção, articulou-se a outros Conselhos Nacionais Setoriais e de Defesa e Garantia de Direitos, para definir estratégias e ações conjuntas em defesa do BPC, dentre as quais:

◦ Solicitação de audiências públicas na Câmara Federal e mobilizações junto ao Fórum Nacional dos Usuários do SUAS, aos CEAS e CAS/DF;

◦ Participação de representantes da Casa Civil/PR na reunião da Comissão para tratar do BPC;

◦ Orientação aos conselhos estaduais e do Distrito Federal de assistência social e das demais políticas, para fazerem mobilizações locais e solicitarem audiências públicas junto aos deputados Estaduais e Distritais fazerem gestão junto aos deputados federais para a retirada do BPC da Reforma da Previdência;

◦ Manifesto em defesa do BPC, aprovado conjuntamente pelo CNAS, Conselho Nacional de Saúde – CNS, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa de Deficiência – CONADE, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI e Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH;

◦ Audiência com o relator da Comissão Especial para examinar a PEC nº 287/2016, entre outros deputados, para que representantes dos conselhos signatários fizessem a entrega do manifesto e a sensibilização. O manifesto foi amplamente divulgado para os Deputados, Senadores, Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, lideranças dos partidos, conselhos municipais e estaduais das várias políticas, OAB, entre outros (fóruns, colegiados e entidades de pessoas com deficiência e de idosos).

Foi efetivo o esforço para incidência política da Comissão de Benefícios e Transferência de Renda junto aos conselhos setoriais e de Defesa e Garantia

de Direitos, bem como ao Congresso Nacional, que contribuiu para a retirar da chamada Reforma da Previdência, qualquer modificação nas regras atuais para concessão do Benefício de Prestação Continuada, sob o principal argumento de que não se constitui como benefício previdenciário, mas sim como benefício assistencial. Foram várias ações nesse sentido, até que o substitutivo apresentado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em maio de 2017, excluiu o BPC do texto da reforma.

Outra iniciativa dessa Comissão foi a recomendação que o CNAS aprovou para estender em um ano o prazo que o MDS estipulou para inclusão/atualização no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) de idosos que recebem o BPC para dezembro de 2018, mesmo prazo estipulado para os beneficiários deficientes. Isso ocorreu após parte das gestões municipais apontarem dificuldades para inserção e atualização de beneficiários no CadÚnico, comprometendo a finalização da revisão do cadastro de idosos beneficiários no prazo anteriormente determinado (31/12/2017).

Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social

A Comissão de Monitoramento reuniu-se durante os exercícios de 2017 e 2018 para definição de metodologia para o monitoramento das deliberações da X e 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, tendo com diretriz o II Plano Decenal da Assistência Social – 2016/2026. Usou como estratégia a avaliação de aspectos metodológicos de planos, de longo prazo, de outras políticas como referência para definir a metodologia de monitoramento das deliberações e seus desdobramentos.

A Comissão encontra-se na fase de análise, categorização e tratamento das deliberações a partir dos indicadores do SUAS e das metas do II Plano Decenal.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética se reuniu nos meses de fevereiro e junho/2017 para apreciação do processo administrativo n°71010.000748/2015-26, tratado em caráter confidencial. Após análise dos autos e das defesas apresentadas a Comissão acatou o parecer apresentado pela Dativa e, em cumprimento ao art.16 do Código de Ética do CNAS, a Comissão de Ética finalizou o processo.

4. Transparência Ativa e comunicação com os usuários (2016-2018)

Importante pontuar que o CNAS procura exercer uma transparência ativa e suas deliberações são amplamente divulgadas por todos os seus canais de comunicação. Em 2017 o CNAS manteve a sua página eletrônica *www.mds.gov.br/cnas* atualizada, disponibilizando todas as deliberações, atas, legislação, notícias, orientações, agenda e pautas das reuniões. Desde 2012, o CNAS tem se utilizado também de redes sociais e outros canais de comunicação eletrônica para disponibilizar informações:

- **Twitter:** *@ConselhoCNAS*
- **Facebook:** *https://www.facebook.com/conselhocnas*
- **Youtube:** *https://www.youtube.com/user/CanalCNAS*
- **Flickr:** *https://www.flickr.com/photos/conselhocnas/*
- **Blog CNAS:** *http://blogcnas.org/*

O blog é utilizado como suporte ao site do CNAS, tendo caráter menos formal e permitindo publicações de forma mais ágil, facilitando o acesso a textos, notícias, fotos, informações dos eventos, manifestações do CNAS, reuniões e seus parceiros. O blog funciona também como canal de comunicação direta com o cidadão e colaboradores da Assistência Social, permitindo comentários, além de um canal de contato (página específica com formulário).

Outra realização de destaque foi a produção da Cartilha "SUAS – Sistema Único de Assistência Social. MODO DE USAR" elaborada especialmente para os usuários do SUAS. Com linguagem descomplicada e ilustrações do

Imagem 10 - *Cyberspace utilizado durante reuniões do CNAS oportunizam a interação virtual dos participantes com as mídias sociais do Conselho Nacional.*

cartunista Ziraldo, busca informar os usuários sobre os seus direitos e sobre como participar da construção da Política de Assistência Social no país.

Tendo em vista as competências e atribuições do CNAS foram aprovadas durante a composição 2016-2018 as seguintes Resoluções:

5. Resoluções aprovadas pelo plenário do CNAS 2016/2018

2016

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS 9/2016	21/09/2016	Altera a Resolução CNAS nº 32, de 28 de novembro de 2011 que estabelece percentual dos recursos do SUAS cofinanciados pelo Governo Federal.	Presidência
CNAS 10/2016	18/07/2016	Recomendações no processo de regulamentação da Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016.	Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda
CNAS 11/2016	19/07/2016	Dispõe sobre a aprovação da Proposta Orçamentária da Assistência Social, exercício 2017.	Comissão de Financiamento

Imagem 11 - *265ª Reunião Ordinária do CNAS.*

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS 12/2016	08/08/2016	Composição das Comissões do Conselho Nacional de Assistência Social - Gestão 2016/2018.	Presidência
CNAS 13/2016	19/08/2016	Institui Grupo de Trabalho para discussão da Proposta deEmenda Constitucional 241/2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o novo Regime Fiscal.	Comissão de Financiamento
CNAS 14/2016	22/08/2016	Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do FNAS, 2º Trimestre - Exercício de 2016.	Comissão de Financiamento

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS 15/2016	23/08/2016	Faz recomendação nas propostas de criação e implantação e/ou alteração de serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social.	Comissão de Política
CNAS 16/2016	21/09/2016	Cria Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.	Presidência
CNAS 17/2016	21/09/2016	Altera a Resolução CNAS nº 32, de 28 de novembro de 2011 que estabelece percentual dos recursos do SUAS cofinanciados pelo Governo Federal.	Comissão de Financiamento
CNAS 18/2016	21/10/2016	Aprova o Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do FNAS - 3º Trimestre de 2016.	Comissão de Financiamento

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS 19/2016	24/11/2016	Institui o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.	Comissão de Política
CNAS 20/2016	24/11/2016	Aprova os critérios de partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.	Comissão de Financiamento
CNAS 21/2016	24/11/2016	Estabelece requisitos para celebração de parcerias, conforme a Lei nº 13.019, de 2014, entre o órgão gestor da assistência social e as entidades ou organizações de assistência social.	Comissão de Normas
CNAS 22/2016	14/12/2016	Posiciona-se contrário à Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 287 de 2016.	Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
Conjunta 1/2016	15/12/2016	Resolução Conjunta CNAS e CONANDA - Dispõe sobre o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua.	Comissões de Políticas do CNAS e do CONANDA
CNAS 23/2016	15/12/2016	Estabelece normas gerais para a realização das Conferências de Assistência Social em âmbito nacional, estadual e do Distrito Federal.	Comissão Organizadora
CNAS 24/2016	15/12/2016	Altera o art. 3º da Resolução CNAS nº 17/2014, que aprovou as metas e critérios de partilha para o Cofinanciamento do Programa Nacional de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho.	Comissão de Política

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS 25/2016	15/12/2016	Altera a Resolução CNAS nº 18/2012, que instituiu o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS-TRABALHO.	Comissão de Política

2017

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS 1/2017	13/02/2017	Dispõe sobre a aprovação do Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), exercício de 2016.	Comissão de Financiamento

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS 2/2017	16/03/2017	Aprova as prioridades e metas para os estados e o Distrito Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social para o quadriênio de 2016 a 2019.	Comissão de Financiamento
CNAS 3/2017	19/04/2017	Aprova o ajuste das metas de execução do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Programa ACESSUAS Trabalho para os municípios com saldos financeiros nos respectivos fundos de assistência social.	Comissão de Financiamento

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS 4/2017	19/04/2017	Aprova os critérios de partilha e elegibilidade para a expansão do cofinanciamento federal do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.	Comissão de Financiamento e Política
CNAS 5/2017	22/05/2017	Aprova os parâmetros da Proposta Orçamentária para Assistência Social, relativa ao orçamento 2018.	Comissão de Financiamento
CNAS 6/2017	22/05/2017	Dispõe sobre a aprovação do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), 1º trimestre - Exercício de 2017.	Comissão de Financiamento

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS 7/2017	22/05/2017	Aprova a readequação dos critérios de partilha do financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. (Consolidada com a alteração da Resolução CNAS nº 8, de 22 de junho de 2017).	Comissão de Financiamento
Conjunta CNAS/ CONANDA 1/2017	07/06/2017	Resolução Conjunta CNAS e CONANDA. Estabelece as Diretrizes Políticas e metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no âmbito da Política de Assistência Social.	Comissão de Política

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS 8/2017	22/06/2017	Altera a Resolução CNAS nº 7, de 22 de maio de 2017 que aprova a readequação dos critérios de partilha do financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS.	Comissão de Financiamento
CNAS 9/2017	19/07/2017	Aprova o Regulamento da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.	Comissão Organizadora
CNAS 10/2017	19/07/2017	Aprova a prorrogação do prazo de cofinanciamento federal que trata o caput do art. 3º da Resolução CNAS nº 8, de 18 de abril de 2013.	Comissão de Financiamento

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS 11/2017	19/07/2017	Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do FNAS - Exercício 2017, 1º Semestre.	Comissão de Financiamento
CNAS 12/2017	19/07/2017	Dispõe sobre a aprovação da Proposta Orçamentária da Assistência Social, exercício 2018.	Comissão de Financiamento
CNAS 13/2017	25/08/2017	Recomposição das Comissões do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).	Presidência
CNAS 14/2017	15/09/2017	Altera a Resolução CNAS nº 13, de 25 de agosto de 2017 que dispõe sobre a Composição das Comissões do Conselho Nacional de Assistência Social.	Presidência

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS 15/2017	03/10/2017	Altera a Resolução CNAS nº 8/2012 que instituiu o Programa Nacional de Capacitação do SUAS - Capacita SUAS.	Comissão de Política
CNAS 16/2017	24/11/2017	Dispõe sobre recomendação de prorrogação de prazo para a inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico de pessoas idosas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC.	Comissão de Acompanhamento de Benefício e Transferência de Renda
CNAS 17/2017	24/11/2017	Aprova a prorrogação de prazo para a demonstração da implantação dos serviços de proteção social especial.	Comissão de Políticas e Normas

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS 18/2017	24/11/2017	Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), 3º trimestre - Exercício de 2017.	Comissão de Financiamento
CNAS 19/2017	24/11/2017	Aprova as metas e critérios de partilha para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho no exercício de 2017.	Comissão de Financiamento
CNAS 20/2017	12/12/2017	Dispõe sobre o processo eleitoral da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência Social, para compor a Gestão 2018/2020.	Comissão de Normas

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS 21/2017	19/12/2017	Publica as deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.	Presidência

2018

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS nº 01/2018	07/02/2018	Instrui e esclarece sobre o processo eleitoral da representação da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência Social - Gestão 2018 a 2020.	Comissão Eleitorial

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS nº 02/2018	15/02/2017	Institui a Comissão Eleitoral de que trata o art. 2º da Resolução CNAS nº 20, de 12 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o processo de eleição dos Representantes da Sociedade Civil no CNAS - Gestão 2018/2020.	Presidência
CNAS nº 03/2018	12/03/2018	Altera a Composição das Comissões do Conselho Nacional de Assistência Social - Gestão 2016/2018.	Presidência
CNAS nº 04/2018	14/03/2018	Dispõe sobre a aprovação do Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), exercício 2017.	Comissão de Financiamento

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS nº 05/2018	26/03/2018	Altera a Resolução CNAS nº 2/2018 que instituiu a Comissão Eleitoral de que trata o art. 2º da Resolução CNAS nº 20, de 12 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o processo de eleição dos Representantes da Sociedade Civil no CNAS - Gestão 2018/2020	Presidência
CNAS nº 06/2018	12/04/2018	Dispõe sobre a aprovação do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), 1º trimestre - exercício de 2018	Comissão de Financiamento

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS nº 07/2018	12/04/2018	Aprova os critérios de partilha e elegibilidade para o cofinanciamento federal do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI e do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC	Comissão de Financiamento e Comissão de Política
CNAS nº 08/2018	12/04/2018	Altera a Resolução nº 20, de 24 de novembro de 2016, que aprova os critérios de partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS	Comissão de Financiamento

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS nº 09/2018	23/04/2018	Institui Grupo de Trabalho sobre o Projeto de integração de sistemas de registro de informações das OSCs no SUAS.	Normas
CNAS nº 10/2018	15/05/2018	Altera a composição das Comissões do CNAS.	Presidência
CNAS nº 11/2018	04/06/2018	Dispões sobre a aprovação dos parâmetros de manutenção dos programas, projetos, serviços e benefícios da Proposta Orçamentária para a Assistência Social, relativa ao orçamento 2019.	Comissão de Financiamento

RESOLUÇÃO	DATA	DISPOSIÇÃO	COMISSÃO RESPONSÁVEL
CNAS nº 12/2018	04/06/2018	Aprova a continuidade do cofinanciamento federal para a realização das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI aos estados, Distrito Federal e municípios no exercício de 2018.	Comissão de Financiamento
CNAS nº 13/2018	04/06/2018	Aprova os critérios de partilha e elegibilidade para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho para o exercício de 2018 e altera a Resolução nº 18, de 14 de maio de 2012.	Comissão de Financiamento

COMPOSIÇÃO CNAS – *Gestão 2016/2018*

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

ALBERTO ALBINO DOS SANTOS - Ministério do Desenvolvimento Social
ALLAN CAMELO SILVA - Ministério do Desenvolvimento Social
ANA HELOÍSA VIANA SILVA MORENO - Ministério do Desenvolvimento Social
ANTÔNIO LÍDIO DE MATTOS ZAMBON – Ministério da Educação
BÁRBARA PINCOWSCA CARDOSO CAMPOS - Ministério do Desenvolvimento Social
CAROLINE MIRANDA SAMPAIO - Ministério do Desenvolvimento Social
CÉLIA MARIA DE SOUZA MELO LIMA – Representantes dos Estados - FONSEAS
CÉSAR AUGUSTO DE OLIVEIRA - Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
DIONARA BORGES ANDREANI - Ministério do Desenvolvimento Social
ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALICIO - Representantes dos Municípios - CONGEMAS
ELY HARASAWA - Ministério do Desenvolvimento Social
FÁBIO MOASSAB BRUNI - Ministério do Desenvolvimento Social
FELIPE SARTORI SIGOLLO – Ministério da Educação
KAROLINE AIRES FERREIRA - Ministério do Desenvolvimento Social
LAÍS MARANHÃO SANTOS MENDONÇA - Ministério do Desenvolvimento Social
LEÍSE MENDES DE SOUSA - Representantes dos Estados - FONSEAS
LUIS OTÁVIO PIRES FARIAS - Ministério do Desenvolvimento Social
MAIRA LEILIANE OLIVEIRA ALMEIDA - Representantes dos Estados - FONSEAS
MÁRCIA CRISTINA LEAL GÓES - Representantes dos Municípios – CONGEMAS
MARIA AMÉLIA SASAKI - Ministério do Desenvolvimento Social
MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA MARQUES – Ministério da Saúde
MARIA DO CARMO BRAT DE CARVALHO - Ministério do Desenvolvimento Social

MARIA IZABEL DE AMORIM - Ministério do Desenvolvimento Social
MARIA LÚCIA NOGUEIRA LINHARES MARQUIM - Representantes dos Municípios – CONGEMAS
MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS - Ministério do Desenvolvimento Social
MARILIA PAIVA DE CARVALHO - Ministério do Desenvolvimento Social
MARÍLIA VILARDI MAZETO - Ministério do Desenvolvimento Social
MARISA RODRIGUES DA SILVA - Representantes dos Municípios – CONGEMAS
MÍRIAN DA SILVA QUEIROZ LIMA - Ministério do Desenvolvimento Social
MONICA REGINA GONDIM FEITOZA- Ministério do Desenvolvimento Social
NAYARA FRUTUOSO FURTADO - Ministério do Desenvolvimento Social
PEDRINA VIANA GOMES – Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
RAQUEL DE FÁTIMA ANTUNES MARTINS - Ministério do Desenvolvimento Social
RENATA APARECIDA FERREIRA - Ministério do Desenvolvimento Social
SAMANTHA POLIVETI DE GÓES - Ministério do Desenvolvimento Social
SÁVIO ANGELIN PEREIRA - Representantes dos Municípios – CONGEMAS
SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO - Ministério do Desenvolvimento Social
SOLANGE TEIXEIRA - Ministério do Desenvolvimento Social
THEREZA DE LAMARE FRANCO NETTO - Ministério da Saúde

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

BENEDITO AUGUSTO DE OLIVEIRA - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS
CARLOS NAMBU - Inspetoria São João Bosco - Salesianos
CARMEN LÚCIA LOPES FOGAÇA - Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos- ONEDEF
CLÁTIA REGINA VIEIRA - Federação Nacional dos Empregados em

Instituições Beneficentes Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF
CLEONICE CAETANO SOUZA - União Geral dos Trabalhadores – UGT
CLODOALDO JOSÉ OLIVA MUCHINSKI - Fundação Fé e Alegria Do Brasil
EDNA APARECIDA ALEGRO - Federação Nacional das Associações Pestalozzi - FENAPESTALOZZI
ELISA MACIEL COSTA - Associação Internacional Maylê Sara Kali
JOSENIR TEIXEIRA - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/DF
LEOVANE GREGÓRIO - Conselho Federal de Psicologia - CFP
LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO - Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia ocupacional – COFFITO
MARIA JOSÉ VASCONCELOS BARRETO CARVALHO - Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE
MÁRIO LÚCIO SOUTO LACERDA – Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB
MAURÍCIO JOSÉ SILVA CUNHA - Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - Cadi
NORMA SUELY DE SOUZA CARVALHO - Capemisa Instituto de Ação Social
ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS - Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS
SAMUEL RODRIGUES - Fórum Nacional de População de Rua
SILVIA REGINA RAMIREZ - Fundação Projeto Pescar
TATHIANE AQUINO ARAÚJO - Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil – Rede Trans/SE

SECRETARIA EXECUTIVA DO CNAS

Secretária Executiva
Maria das Mercês de Avelino Carvalho

Coordenações
Coordenadora da Coordenação de Política da Assistência Social
Maria Auxiliadora Pereira
Coordenadora da Coordenação de Normas da Assistência Social
Maria Celia Haggi Alves
Coordenadora da Coordenação de Financiamento e Orçamento da Assistência Social – Mirelle Campos da Silva Dantas
Coordenadora da Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social – Maria Cristina Abreu Martins de Lima

Revisão
Silvani Souza

Diagramação e arte final
Isabela Viana

Conselho Nacional de Assistência Social
Brasília, junho de 2018

CNAS
Conselho Nacional
de Assistência Social